

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO

PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS

NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese (doutorado) | ☒ Artigo científico |
| ☐ Dissertação (mestrado) | ☐ Capítulo de livro |
| ☐ Monografia (especialização) | ☐ Livro |
| ☐ TCC (graduação) | ☐ Trabalho apresentado em evento |

☐ Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Rhennan Lazaro de Paulo Lima

Matrícula:

2024200304400062

Título do trabalho:

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT): EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, FORMAÇÃO DOCENTE E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: ☒ Não ☐ Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 15 / 03 / 2026

O documento está sujeito a registro de patente? ☐ Sim ☒ Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? ☐ Sim ☒ Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Documento assinado digitalmente
gov.br
RHENNAN LAZARO DE PAULO LIMA
Data: 14/03/2026 15:01:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Catalão

Local

14 / 03 / 2026

Data

Ciente e de acordo:

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

gov.br

Documento assinado digitalmente

ANA MARIA ALVES PEREIRA DOS SANTOS

Data: 14/03/2026 15:15:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 2/2026 - CCEPTNM-MO/CEPTNM-MO/DE-MO/CMPMHOS/IFGOIANO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

ATA Nº/XX

ANEXO III - ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 18 horas e 03 minutos, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos docentes Ana Maria Alves Pereira dos Santos (Orientadora), Hilma Aparecida Brandão (Membro) e Sangelita Miranda Franco Mariano (Membro), com a finalidade de examinar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “A Construção Histórica da Docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT): evolução das políticas públicas, formação docente e legislação educacional”, de autoria do estudante Rhennan Lázaro de Paulo Lima, regularmente matriculado no **Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência em Educação Profissional e Tecnológica – EPT, do Instituto Federal Goiano (IF Goiano)**. Concedida a palavra ao estudante, foi realizada a apresentação oral do TCC, seguida da arguição pelos membros da Banca Examinadora. Após as considerações e deliberações, a Banca decidiu pela APROVAÇÃO do estudante, com nota 98. Encerrada a sessão pública de defesa, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Dra. Ana Maria Alves Pereira dos Santos

Orientador/Presidente da Banca

Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

Membro

Ma. Hilma Aparecida Brandao

Membro

Documento assinado eletronicamente por:

- **Ana Maria Alves Pereira dos Santos**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 11/03/2026 18:52:44.
- **Hilma Aparecida Brandao**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 11/03/2026 18:53:59.
- **Sangelita Miranda Franco Mariano**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 11/03/2026 18:55:27.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/03/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 799141

Código de Autenticação: 0c1c8750de



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Morrinhos

Rodovia BR-153, Km 633, Zona Rural, SN, Zona Rural, MORRINHOS / GO, CEP 75650-000

(64) 3413-7900

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT): EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, FORMAÇÃO DOCENTE E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

THE HISTORICAL CONSTRUCTION OF TEACHING IN VOCATIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION (VTE): EVOLUTION OF PUBLIC POLICIES, TEACHER TRAINING, AND EDUCATIONAL LEGISLATION

LIMA, Rhennan Lazaro de Paulo¹

Instituto Federal Goiano – Campus Ipameri

SANTOS, Ana Maria Alves Pereira dos²

Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos

RESUMO. O artigo analisa a construção histórica da docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, evidenciando como políticas públicas, legislação e demandas econômicas moldaram essa modalidade. Para isso, recupera a trajetória da EPT desde as Escolas de Aprendizes Artífices até os Institutos Federais, destacando marcos legais que estruturaram sua identidade. Deste modo, discute a tensão entre as exigências do capital e a perspectiva da formação humana integral, articulando autores como Martins, Gramsci e Carvalho. E ainda, apresenta práticas formativas inovadoras e ressalta o papel integrador da tríade ensino, pesquisa e extensão na formação docente, apontando desafios históricos, como a desigualdade social, a desvalorização profissional e as lacunas na formação inicial e continuada. Conclui-se que fortalecer a docência na EPT requer políticas consistentes, valorização institucional e práticas pedagógicas que promovam autonomia, criticidade e transformação social.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Trabalho Docente; Mercado de Trabalho.

ABSTRACT. This article analyzes the historical construction of teaching in Vocational and Technological Education (VTE) in Brazil, highlighting how public policies, legislation, and economic demands have shaped this modality. To this end, it traces the trajectory of VTE from the Schools of Apprentice Artisans to the Federal Institutes, emphasizing legal milestones that structured its identity. Thus, it discusses the tension between the demands of capital and the perspective of integral human formation, articulating authors such as Martins, Gramsci, and Carvalho. Furthermore, it presents innovative formative practices and emphasizes the integrating role of the triad of teaching, research, and extension in teacher training, and points to historical

¹ Instituto Federal Goiano. Mestre em Educação Agrícola (UFRRJ). Email: rhennan.l@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1158738161745005> Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-8775-253X>

² Instituto Federal Goiano. Doutora em Estudos da Linguagem (UFCAT). Email: ana.santos@ifgoiano.edu.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6856930553489713> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5991-8583>



PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

challenges such as social inequality, professional devaluation, and gaps in initial and continuing education. It concludes that strengthening teaching in VTE requires consistent policies, institutional valorization, and pedagogical practices that promote autonomy, critical thinking, and social transformation.

Keywords: Professional and Technological Education; Teaching Work; Labor Market.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é apresentada como requisito parcial para conclusão da Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional e Tecnologia (EPT) do IF Goiano - Campus Catalão. Propõe-se este estudo com o objetivo de analisar a construção histórica da docência na Educação Profissional e Tecnológica, doravante EPT, considerando a evolução das políticas públicas, os processos de formação docente e a legislação educacional. Para este fim, pretendemos: a) investigar a trajetória histórica da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, destacando os principais marcos legislativos e políticas públicas que influenciaram a formação docente; b) apresentar experiências e práticas formativas inovadoras na EPT, para a compreensão de como a legislação e as políticas públicas influenciam o desenvolvimento profissional dos professores; c) destacar o papel das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no desenvolvimento do trabalho docente na EPT; e d) analisar o papel do Estado e das instituições de ensino na valorização e qualificação do docente da EPT.

A motivação pelo tema se dá pela atuação como Professor EBTT (Educação Básica, Técnica e Tecnológica), atuando nos Cursos de Formação Inicial e Continuada; Cursos Técnicos Integrados, Subsequentes e Concomitantes; Graduação e Pós-Graduação. O Instituto Federal Goiano (IF Goiano) faz parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A instituição foi criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Ao longo da história da EPT, as políticas educacionais influenciaram diretamente a formação e a identidade docente, porém, desafios estruturais e a falta de investimentos adequados ainda dificultam a consolidação de uma formação docente específica e valorizada para esse segmento educacional. Dito isto, objetiva-se entender, nesta pesquisa, de que maneira a evolução das políticas públicas e da legislação educacional influenciou a formação e a identidade docente na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e exploratória. Segundo Gil (2002, p. 133), esse tipo de pesquisa depende de diversos fatores, entre os quais se destacam a natureza dos dados coletados, a amplitude da amostra, os

instrumentos metodológicos empregados e os pressupostos teóricos que orientam a investigação. Para a realização do estudo, foram utilizados os seguintes repositórios científicos: Google Acadêmico, a plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A organização deste artigo segue a seguinte estrutura: na introdução, apresentam-se a proposta de pesquisa, a hipótese, a motivação, os objetivos e a metodologia. Em seguida, no tópico 2 e em suas subseções, é realizado o levantamento bibliográfico do objeto de estudo. No tópico 3 as discussões e os resultados. Por fim, no tópico 4, expõem-se as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico mobiliza autores que discutem criticamente a Educação Profissional e Tecnológica, articulando formação humana, trabalho e interesses do capital. Destacam-se Pena, Gonçalves e Oliveira (2022), na “Análise do Papel da Escola em Tempos de Pandemia da Covid19³”, que analisam os impactos das racionalidades mercadológicas na educação; Carvalho e Cavalcanti (2020), sobre a “Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica”, que aprofundam a concepção de formação integral e o trabalho como princípio educativo; Durães (2009), envolvendo a “Educação técnica e educação tecnológica múltiplos significados no contexto da educação profissional”; e Martins (2021), com o trabalho “Gramsci, educação e escola unitária”, cujas reflexões fundamentam a compreensão da educação como processo histórico, social e formador da consciência humana.

2.1 Contexto Histórico da Educação Profissional e Tecnológica

A história da EPT no Brasil tem sua origem em 1909 com as Escolas de Aprendizizes Artífices (EAA). O artigo 1º do Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 estabelecia que cada capital dos Estados da República deveria contar com uma Escola de Aprendizizes Artífices, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, voltada para o ensino profissional. A medida, implementada pelo então

³ COVID-19: doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, identificada em 2019 e responsável por uma pandemia global declarada pela Organização Mundial da Saúde em 2020.

presidente Nilo Peçanha, tinha o propósito de capacitar jovens em diversas profissões, como marcenaria, funilaria e sapataria, entre outras. Dessa forma, percebe-se que, diante do cenário econômico da época, Nilo Peçanha reconheceu a importância da qualificação profissional, especialmente para indivíduos em situação de vulnerabilidade, permitindo que tivessem acesso ao mercado de trabalho e contribuíssem para a sociedade.

O ensino profissional passou por diversas transformações após a transferência da responsabilidade pelas Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs) para o Ministério da Educação e Saúde Pública. Com a promulgação da Lei Nº 378, em 13 de janeiro de 1937, esse ministério foi reorganizado e passou a se chamar Ministério da Educação e Saúde. Nesse processo, as EAAs foram convertidas em Liceus Industriais. Em 1942, os Liceus Industriais foram renomeados como Escolas Industriais e Técnicas. O artigo 3º da Lei Nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 enfatizava que a educação industrial deveria atender às necessidades dos trabalhadores, preparando-os para o mercado de trabalho e promovendo seu desenvolvimento pessoal. Além disso, o ensino técnico deveria atender às demandas das empresas, beneficiando, conseqüentemente, o país como um todo, pois contribuiria para o fortalecimento da estrutura econômica e social da nação.

Com maior autonomia, o ensino técnico ganhou mais relevância em 1959. A alínea “a” do artigo 1º da Lei Nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que tratava da nova estrutura escolar e administrativa das instituições de ensino industrial vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, estabelecia como objetivo dessas instituições “proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos”. Isso evidenciou as mudanças administrativas e políticas na gestão do ensino técnico no Brasil.

Em 1978, foram criados os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) para substituir algumas Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais. Mais tarde, em 2008, surgiram os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estabelecidos pela Lei Nº 11.982, de 29 de dezembro de 2008, como parte do sistema federal de ensino.

2.2 Formação na EPT: Demandas do Capital e Formação Integral



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Denota-se que a formação profissional também é um instrumento do próprio capital, interessado na formação de mão de obra e no desenvolvimento social e econômico do país. Segundo Pena, Gonçalves e Oliveira (2022, p. 1663) “nota-se, cada vez mais, a presença de discursos políticos que balizam a educação pública com vieses mercadológico e economicista baseados nos princípios da competitividade, eficiência e produtividade”, o que colabora para os desafios do trabalho docente. Contudo, segundo Martins (2021, p. 9) “é indispensável ao humano formar-se para garantir a própria existência, o que faz transformando a natureza e a si mesmo por um processo chamado trabalho [...]”. Representando a dualidade pelo interesse na formação humana.

A educação tecnológica pode ser vista como um processo de formação orientado para suprir as demandas do mercado de trabalho, muitas vezes priorizando habilidades e competências alinhadas às exigências econômicas e produtivas. Nesse contexto, ela frequentemente reflete interesses que visam maximizar a eficiência e atender às necessidades do capital. Esse tipo de abordagem pode ser útil para impulsionar a empregabilidade, mas também levanta questionamentos sobre a sua capacidade de promover uma formação crítica e abrangente (Oliveira; Aquino, 2020, p. 277).

Segundo Durães (2009, p.168):

a educação tecnológica está associada a uma formação ampla, que se preocupa em formar um sujeito profissionalmente capacitado, com um sólido embasamento científico, capaz de desenvolver e de administrar novas tecnologias, e que, acima de tudo, seja um cidadão que saiba se posicionar na sociedade em que vive.

Neste sentido, podemos observar que a EPT vai muito além do que apenas atender os interesses do nosso sistema produtivo, a EPT visa, a transformação humana e social. Carvalho e Cavalcanti, (2020, p. 08) dizem que:

o Trabalho como Princípio Transformador versa a formação do sujeito em sua inteireza a partir do trabalho como constituinte da integralidade humana, ou seja, nessa concepção, o caráter formativo do profissional trabalhador, principalmente nos contextos de Educação Profissional e Tecnológica, é contemplado, mas, para além disso, deve-se ter a necessária consideração sobre uma formação que ultrapasse o viés capitalista, tornando-se imperativa a discussão acerca da formação cidadã para o trabalho.

Observa-se que o trabalho não serve apenas para formar alguém para exercer uma profissão, mas também para formar a pessoa como um todo. Com isso, propõem-se promover o diálogo sobre temas ligados à docência na Educação Profissional e

Tecnológica, temos como referência um grande homem, não no tamanho, mas na contribuição para a política, sociologia e filosofia. Segundo Martins (2021, p. 6):

A escrita de Gramsci não é difícil de compreender, porquanto guarda clareza e objetividade nos posicionamentos que apresenta e nos conceitos que emprega, formula ou reformula. Veja-se, por exemplo, o caso da educação. Ao perguntar o que ela é, para Gramsci é todo e qualquer processo de formação humana, desenvolvido para tornar o ser humano atual à sua época, isto é, processo que o faz ser o que é em todas as dimensões que o identificam (objetivas e subjetivas) e que estão sujeitas a ganhar determinado perfil de acordo com a correlação de forças sociais presente no contexto vivido.

Nesse contexto, conforme revela o pensamento de Gramsci, a educação transforma e possibilita aos seres humanos sua atualização diante de um mundo cada vez mais competitivo e meritocrático.

2.3 Educação, Trabalho e Transformação Social

A educação é um processo transformador de uma sociedade. Martins (2021, p. 9) completa “é indispensável ao humano formar-se para garantir a própria existência, o que faz transformando a natureza e a si mesmo por um processo chamado trabalho [...]”. Com isso, reforça a centralidade do trabalho na formação do ser humano, seja no sentido material quanto no desenvolvimento intelectual/social. O trabalho não é apenas para nossa sobrevivência, mas também um processo de transformação da natureza e de nós mesmos, permitindo que o indivíduo se desenvolva e compreenda seu papel na sociedade.

Deste modo, destaca-se o trabalho docente, Moura (2014, p. 78) diz que:

é preciso ir além de proporcionar o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos e acumulados pela humanidade. Precisa-se promover o pensamento crítico sobre os códigos de cultura manifestados pelos grupos sociais ao longo da história, como forma de compreender as concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade e, a partir daí, contribuir para a construção de novos padrões de produção de conhecimento, de ciência e de tecnologia, voltados para os interesses sociais e coletivos.

Sobretudo, o ponto de discussão crucial para a compreensão da aula está na dualidade entre a Educação Básica e a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, diante de seus desafios e potencialidades, com isso Moura (2014, p. 6-7) nos revela que:

a formação de professores para a educação básica deve se realizar em cursos de licenciatura ou equivalentes. A Educação Profissional de nível Médio, por situar-se no nível da educação básica, abarca a exigência de professores licenciados para atuação em seus cursos. No entanto, o país vive, historicamente, a realidade de falta de profissionais



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

capacitados para atuar nas diferentes etapas da educação básica, o que implica na atuação de profissionais sem a formação necessária, em muitos contextos, ou na formação aligeirada de profissionais para a atuação nesse nível, comprometendo a qualidade do ensino.

Neste sentido, atuação docente na EPT denota atenção às perspectivas sociais e políticas na formação da classe trabalhadora, diante a expectativa da transformação humana e social.

Diante do exposto, deve-se destacar, segundo as experiências de Paulo Freire, que sua formação docente foi profundamente influenciada pelo ambiente familiar, no qual exercitava livremente o questionamento, a discordância e a crítica. Essa vivência o levou, desde o início de sua prática pedagógica, a adotar uma postura baseada no diálogo e no respeito aos estudantes, compreendendo que a relação dialógica construída com seus pais o preparou para reproduzir essa mesma atitude em sala de aula (Freire, 2001). Observa-se que a educação é um processo simbiótico, a escola e o papel do professor são fundamentais para o aprendizado, mas, ao mesmo tempo, a sociedade, políticas públicas e a família exercem papel essenciais para que os processos de ensino-aprendizagem possam acontecer. Freire (2001, p. 49) completa com “As escolas e a prática educativa que nelas se dá não poderiam estar imunes ao que se passa nas ruas do mundo”, reforçando as relações entre os diferentes sujeitos e instituições que participam do processo educativo e social da construção de nossa história.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante aos objetivos expostos neste trabalho, busca-se analisar a trajetória histórica, apresentar experiências e práticas formativas inovadoras, as atividades de ensino, pesquisa e extensão e o papel do Estado na Educação Profissional e Tecnológica.

3.1 Trajetória Histórica da EPT

A EPT no Brasil é marcada pela relação entre o desenvolvimento econômico, as necessidades sociais e as políticas educacionais. Seu início é marcado pelas transformações no sistema produtivo ocasionado pelo desenvolvimento industrial. O país acompanhava as demandas do novo mundo e, com isso, a necessidade de formar mão de

obra qualificada tornou-se um desejo do Estado. Destaca-se ainda que, segundo Araújo e Antigo (2016, p. 314):

Em relação à economia, um maior índice de desocupação leva, por exemplo, a maiores gastos por parte do governo com seguro desemprego, sem contar com o custo de oportunidade da renda que aqueles desempregados estariam gerando para a economia do país se eles tivessem um salário e estivessem consumindo bens e serviços.

Desta forma, a criação das primeiras escolas profissionais possibilitou atender as demandas da sociedade. De acordo com a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, em seu parágrafo único do art. 37, na época, visava-se a criação destas escolas destinadas ao ensino profissional em diversos ramos e níveis. A mesma legislação estabelecia, ainda, por meio de seu parágrafo único, que dever-se-ia criar novos liceus em diferentes regiões do país, com o objetivo de ampliar e difundir o ensino profissional em todo o território nacional.

Ao longo da história, novas escolas foram criadas, como as escolas técnicas federais, fortalecendo o ensino profissional, destacando-se os importantes dispositivos legais, sendo o Decreto nº 7.566, de 1909, que criou as Escolas de Aprendizes Artífices. Em seguida, a Lei nº 378, de 1937, reorganizou o Ministério da Educação e estabeleceu mudanças estruturais no ensino profissional. Já a Lei nº 4.073, de 1942, instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, redefinindo a formação técnica no país. Posteriormente, a Lei nº 3.552, de 1959, promoveu nova organização dos estabelecimentos de ensino industrial. Por fim, a Lei nº 11.892, de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais.

Deste modo, com a criação dos Institutos Federais, incluímos políticas públicas importantes como o Proeja⁴, Pronatec⁵ e o Programa Mulheres Mil⁶. Por meio da Lei nº 12.513/2011 que, instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com o objetivo de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica no país, por meio de ações, programas e projetos apoiados técnica e financeiramente pela União. Esses marcos consolidaram o papel estratégico da educação profissional no

⁴ Refere-se aos Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

⁵ É o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, iniciativa do Governo Federal brasileiro, criada em 2011.

⁶ É uma iniciativa do Governo Federal que oferece qualificação profissional gratuita para mulheres em situação de vulnerabilidade social.



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

desenvolvimento social e econômico do país e reforçaram a necessidade de uma formação docente específica, capaz de dialogar com a complexidade dos saberes técnicos, científicos e pedagógicos.

3.2 Práticas Formativas Inovadoras na EPT

A prática docente no processo formativo na EPT deve-se compreender a complexidade nesse modelo de educação, principalmente pelo papel social a que ela se compromete. Segundo Castaman e Rodrigues (2021, p. 398-399):

A EPT constitui-se como uma modalidade de ensino que traz uma proposta político-pedagógica em seu escopo, engajada com a formação integrada, com a promoção da autonomia, com a ampliação da visão de mundo da comunidade escolar e dos horizontes da prática pedagógica e com a compreensão de sua realidade específica e da relação desta como a totalidade social.

Dito isto, Castaman e Rodrigues (2021, p. 402), diante a esse modelo de educação, completam: “na realidade do estudante e do mundo do trabalho contribui para a construção de conhecimentos que fazem sentido”. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), na rede pública, referente aos estudantes de ensino médio, tem-se 15,4% em formação na EPT, e ainda, é o Estado do Piauí com maior percentual, sendo 52,4% cursando o ensino técnico (INEP, 2024). O diretor de Estatísticas Educacionais do INEP (2024), Carlos Eduardo, diz que:

[...] o crescimento da educação profissional e tecnológica articulada com o ensino médio “é um movimento positivo porque cria graus de liberdade para o futuro”. “O estudante pode ingressar no mercado de trabalho, se for essa a sua intenção e se houver a valorização do curso que ele fez. Ou pode ingressar na educação superior, dando continuidade aos seus estudos”.

De todo modo, na EPT, de acordo com Castaman e Rodrigues (2021, p. 406) “as práticas pedagógicas inovadoras são, antes de tudo, humanas, porque a condição de humanidade possibilita e exige a criatividade, como algo cultural”, o que revela a atenção com formação dos estudantes e o interesse do capital.

3.3 O Papel da Tríade Ensino, Pesquisa e Extensão na EPT

A Tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, tornam-se indissociáveis a partir do texto legal, Art. 207 da Constituição Federal, “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio

de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, mas, nesse contexto, dos cursos superiores, também identificamos ações na EPT, a exemplo, o PDI⁷ do Instituto Federal Goiano (2024/2028).

No IF Goiano, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão é um dos seus pilares fundamentais. Essa integração visa promover a articulação entre as demandas da sociedade e do mundo do trabalho, as diferentes áreas de conhecimento e a inovação científica, tecnológica, social, artística e cultural. Além disso, reafirma o compromisso com a educação permanente e continuada, voltando-se para a consolidação da instituição nos planos local, regional, nacional e internacional (IF GOIANO, 2024).

Entende-se a importância de cada um desses eixos no processo formativo, pois, não apenas orienta a organização das instituições, mas também materializa as práticas educativas. A articulação entre essas dimensões promove inovação, colabora com a formação dos estudantes e aproxima a instituição da comunidade.

3.4 Trabalho Docente

Frente aos desafios encontrados na EPT, colocamos a valorização do docente como pauta, pois envolve questões políticas, sociais e econômicas. Cobra-se do docente a transformação por meio da educação, mas há questões que inviabilizam o resultado. Segundo Shiroma e Lima Filho (2011, p. 727-728):

Historicamente, em nosso país, as políticas educacionais não favoreceram que alunos das classes trabalhadoras realizassem um percurso educacional capaz de garantir o direito à conclusão da educação básica com formação integral. Ao contrário, a história de nossa formação social traz as marcas do passado colonial e escravocrata, da configuração de um capitalismo tardio e subalterno, de uma burguesia aferrada à prática de ações patrimonialistas sobre o Estado, privatizando o público a serviço dos interesses das elites políticas e econômicas. Assim, ao longo dos anos, a desigualdade e a exclusão social foram se ampliando no Brasil, resultando daí grande contingente da população que vive em situação de pobreza, que não concluiu a trajetória escolar e nem possui formação profissional qualificada.

Dessa maneira, a partir do contexto histórico do Brasil, e ainda, em um sistema capitalista, nossas políticas educacionais não asseguram às classes dominadas o acesso pleno à educação, com isso, ao apontar a responsabilidade ao docente, nessa

⁷ Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Goiano, ciclo 2024/2028.



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

transformação, não colabora efetivamente com o êxito desses estudantes. Neste sentido, Brito et. al, 2024, p. 03, quanto a valorização docente, diante ao processo formativo, dizem que:

A constatação de que vivemos em uma sociedade em permanente transformação traz implicações para a formação dos professores, cuja responsabilidade principal é a formação das novas gerações para a vida social e coletiva. A ideia de que só uma formação inicial não é suficiente reivindica também a ideia de uma formação continuada, isto é, uma formação que não se esgota nos cursos de licenciatura formalmente destinados à formação de professores.

Em uma sociedade marcada por transformações constantes, a formação docente não pode se limitar à etapa inicial da licenciatura, pois o professor é responsável por preparar as novas gerações para a vida social e coletiva em um contexto dinâmico e complexo. Assim, a formação continuada torna-se indispensável, configurando-se como um processo permanente de atualização, reflexão e reconstrução de saberes ao longo da carreira, articulando teoria e prática para responder às novas demandas educacionais e sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da construção histórica da docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) evidencia que essa modalidade se desenvolveu em estreita relação com os contextos políticos, econômicos e sociais do país. Desde as primeiras iniciativas voltadas à formação de trabalhadores até a consolidação dos Institutos Federais, percebe-se que a EPT assumiu papel central na promoção da inclusão social e no fortalecimento do desenvolvimento nacional.

Contudo, persistem desafios significativos, como a desvalorização do trabalho docente, a insuficiência de políticas de formação inicial e continuada e a histórica desigualdade educacional que afeta principalmente as classes trabalhadoras. Em contraposição, práticas formativas integradoras, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a defesa de uma formação humana integral mostram caminhos possíveis para o avanço. Assim, fortalecer a docência na EPT exige investimento contínuo, políticas públicas coerentes e um compromisso institucional com a autonomia, a criticidade e a transformação social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, João Paulo Faria de; ANTIGO, Mariangela Furlan. **DESEMPREGO E QUALIFICAÇÃO DA MÃO DE OBRA NO BRASIL**. Revista de Economia Contemporânea (2016) 20(2): p. 308-335. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/8mPTh3LcgCfxvc8fyhHfcbS/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 20 AGO 2025.

BRASIL. Decreto Nº. 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Cria as Escolas de Aprendizizes Artífices**. Rio de Janeiro, set. 1909. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 29 mar 2025.

BRASIL. Lei Nº 378, de 13 de janeiro de 1937. **Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública**. Rio de Janeiro, jan. 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 08 DEZ 2025.

BRASIL. Lei Nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. **Lei Orgânica do Ensino Industrial**. Rio de Janeiro, jan. 1942. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/1937-1946/Del4073.htm Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. Lei Nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. **Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências**. Rio de Janeiro, fev. 1959. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3552.htm Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de**

Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 252, p. 1, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm Acesso em: 29 abr. 2025.

BRITO, Ricardo José Ferreira de; ROCHA, Sueli Matos Moreira da; DANTAS, Nárrima Tayanede Souza Farias; SOUSA, Francione Neris de; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da. **A formação de professores no Brasil e a valorização do trabalho docente desafios e dilemas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.** Somma| Teresina, PI | Volume 10 | e121024 | Ano 2024 | DOI:10.51361/somma.v10i1.202. Disponível em: <https://revistas.ifpi.edu.br/index.php/somma/article/view/202/195> Acesso em 08 DEZ 2025.

CARVALHO, Ermans Quintela; CAVALCANTI, Ricardo Jorge de Sousa. **Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica:** abordagem emancipatória do trabalho como princípio educativo. Research, Society and Development, v.9, n. 5, e115953219, 2020.

CASTAMAN, Ana Sara; RODRIGUES, Ricardo Antonio. **Práticas pedagógicas: experiências inovadoras na Educação Profissional e Tecnológica.** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 21, n. 68, p. 393-408, jan./mar. 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v21n68/1981-416X-rde-21-68-393.pdf> Acesso em 05 DEZ 2025.

DURAES, Marina Nunes. **Educação técnica e educação tecnológica múltiplos significados no contexto da educação profissional.** Revista educação & realidade. v. 34. n. 03, set./dez. 2009.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 23).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ensino médio: matrículas em educação profissional e tecnológica avançam.** Inep, [Brasília], [ano]. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/ensino-medio-matriculas-em-educacao-profissional-e-tecnologica-avancam>>. Acesso em: 8 dez. 2025.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2024–2028*. Organização de Gilson Dourado da Silva; Rodolfo Carvalho; Rodrigo Rodrigues de Santana; Vanessa Montrezol Honório. 1. ed. Goiânia: IF Goiano, 2024. 118 p. il. color.

MARTINS, Marcos Francisco. **Gramsci, educação e escola unitária.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 47, e226099, 2021. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/ep/a/X3MD3XtH4YVQfXndFDBDtw/?format=pdf\(=pt](https://www.scielo.br/j/ep/a/X3MD3XtH4YVQfXndFDBDtw/?format=pdf(=pt) Acesso em 31 jan 2025.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional** [recurso eletrônico] / Dante Henrique Moura. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 586 kilobytes). – Curitiba : Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 3).

OLIVEIRA, Erinaldo Silva; AQUINO, Soraya Farias. **Implicações da relação educação e trabalho na EPT: marcos conceituais e saberes docentes necessários.** Revista Intersaberes – Vol. 15, Nº 35

PENA, Grazielle Borges de Oliveira; GONÇALVES, Luciene Pereira da Silva; OLIVEIRA, Kaique de. **Análise do Papel da Escola em Tempos de Pandemia da Covid19: sob a Ótica do Ciclo de Políticas de Ball.** Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 1653-1681, out./dez. 2022.

SHIROMA, Eneida Ota; LIMA FILHO, Domingos Leite. **Trabalho Docente na Educação Profissional e Tecnológica e no Proeja.** Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 116, p. 725-743, jul.-set. 2011. Disponível em:



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

<https://www.scielo.br/j/es/a/Vjr7Fr7RGfmKXGF9Cv9sYyd/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em 08DEZ2025.